

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia  
Inovação e Obras Públicas Dr. Helder Amaral  
Palácio de S. Bento  
Rua S. Bento  
1249-068 LISBOA

N/ Refª  
AFESP.424.2017

Lisboa, 29 de novembro 2017

Assunto: Pedido de Audiência

C/c. Ao grupo de trabalho  
Emídio Guerreiro, Carla Barros, Joel Sá, Paulo Rios de Oliveira, Hugo Costa, Ricardo Bexiga,  
Heitor de Sousa, Pedro Mota Soares, Bruno Dias.

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia Inovação e Obras Públicas  
Dr. Helder Amaral

A AFESP solicita uma audiência junto da comissão a que preside e/ou ao grupo de trabalho da indústria, a fim de apresentar as preocupações do setor da sinalização e obras públicas e o que entende ser a urgente intervenção ao estado caótico das vias, numa perspetiva de ser dada prioridade há manutenção da infraestrutura, condição essencial para a segurança rodoviária e para o crescimento económico do país.

O pedido de audiência segue por email com uma apresentação institucional.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Secretaria Geral da AFESP



(Ana Raposo, Dra.)

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	589151
Entrada/Saída n.º	485
Data	30/11/2017

Anexos: 1(Um) Doc. Memorando

AFESP



Pedido de Reunião ao Grupo de Trabalho

Indústria

Comissão de Economia Inovação e Obras

Públicas



---

## MEMORANDO DE ENQUADRAMENTO

---

O presente memorando pretende sistematizar as questões essenciais a levar à audiência solicitada.

### Preliminarmente:

A AFESP - Associação Portuguesa de Sinalização e Segurança Rodoviária - é uma associação de empresas que operam na área da sinalização e segurança rodoviária e que representam a maioria deste mercado em Portugal. A Associação, conta também com uma equipa de auditores de segurança rodoviária altamente qualificados na avaliação das infraestruturas e de personalidades de vulto do sector, nacional e europeu.

A AFESP tem como principais objetivos, a disciplina do mercado e a paridade das empresas do sector, nomeadamente em termos da garantia do cumprimento das especificações, requisitos dos sistemas e produtos e da respetiva execução em prazo, da boa relação custo benefício dos investimentos e principalmente, como garante maior da Segurança Rodoviária e do conforto dos utilizadores, no uso das estradas.

É com enorme preocupação que a AFESP vem assistindo nos últimos anos a uma degradação geral do investimento na área da Sinalização e Segurança, quer ao nível das verbas alocadas quer ao nível da qualidade e da excelência a que estas obras deveriam obedecer, em face da importância da Segurança para os utilizadores e cidadãos de modo geral.

### Pressupostos e Motivação:

Desde sempre temos vindo a defender que, apesar da sinistralidade rodoviária ter uma etiologia multicausal, erradamente se atribui a responsabilidade apenas à falta de civismo dos condutores. Julgamos mesmo que o problema essencial não é o da desobediência das normas, mas sim um problema estrutural do meio rodoviário onde a Sinalização pode ser, e é, responsável pela degradação das infra estruturas.

Se a Sinalização não for conservada regularmente vai propiciar acidentes e agravar as suas consequências.

A falta de conservação da Sinalização aumenta os erros humanos por um lado e aumenta exponencialmente os custos de uma reparação tardia.



A sinalização é um agente de segurança rodoviária fácil, de baixo custo e de retorno imediato sempre que é aplicada por empresas qualificadas e que dão garantia de cumprimento das especificações técnicas, das normas aplicáveis e das boas práticas, garante de adequado gasto do erário público.

### O que se pretende destacar:

A última década tem sido devastadora para a sinalização na estrada elevando para mínimos históricos os níveis de conservação da sinalização da rede, quer no domínio da marcação rodoviária quer no domínio da sinalização de trânsito. Por um lado, pela redução do investimento em manutenção, por outro lado, pela inoperância de ente regulador e pela ausência de fiscalização e inspeção para levantamento das necessárias planificações das intervenções. Entendemos, por isso:

Ser necessário legislar em função de uma melhor gestão da sinalização e da conceção e conservação do sistema, designadamente criando legislação que preveja níveis mínimos de desempenho dos sinais, que estipule o dimensionamento dos sinais e os níveis de retro reflexão em função da hierarquia da rodovia, tudo suportado por normas técnicas que abarquem as práticas do sector e que estão plasmadas no contributo técnico prestado pela AFESP à revisão do regulamento de sinalização de trânsito;

Ser fundamental adotar práticas e soluções tecnológicas inovadoras ao nível dos produtos disponíveis no mercado;

Ser de criar, com o conhecimento e experiência da indústria do sector, uma comissão técnica para fiscalizar o estado da sinalização na rede, enquanto ferramenta de intervenção e priorização na infraestrutura rodoviária.

Ser de realizar um levantamento do estado da marcação rodoviária e da sinalização de trânsito da rede rodoviária nacional e municipal junto de pontos negros oficialmente divulgados ou em pontos críticos de sinistralidade.

Ser de investir na conservação dos equipamentos de sinalização em função do valor patrimonial da rede, do seu estado de deterioração e o nível de circulação.

Reapreciar com vista à clarificação, o Despacho Normativo referente ao artigo 397.º do CCP (Código dos Contratos Públicos) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro. que, ao arripio das mais elementares regras e conhecimento de engenharia rodoviária, prevê um prazo de garantia de 5 anos para as obras públicas de marcação rodoviária.

À luz do CCP, há que reeducar os donos de obra para as formas de lançamento dos procedimentos de concurso, para os Níveis I dos preços base e para os prazos de



execução, por forma a evitar que o único critério de adjudicação seja sinonimo de trabalho desqualificado, inexperiente e desconhecedor.

É urgente adoptar e reforçar os mecanismos que permitam qualificar e/ou pré qualificar os concorrentes em sede de concursos de obras públicas, ao abrigo dos princípios da prossecução do interesse público. A cotação técnica e financeira permite aferir a capacitação das concorrentes e dá maiores garantias de desempenho da obra de sinalização. A recolha de informação de existência adequada de equipamento, de mão-de-obra, de tecnologia e conhecimento, de equipas qualificadas e certificadas, de conhecimentos de segurança rodoviária e sinalização temporária em obra, por parte dos concorrentes melhor posicionados na grelha de classificação, constitui um referencial essencial à boa execução da empreitada

Para a indústria nacional do sector, a qualificação representa o reconhecimento legítimo da capacitação técnica, das competências tecnológicas e humanas associadas ao produto que se produz.

O controlo do estado da sinalização é preocupante, por inexistir. A sinalização tem de ser auscultada e realizada por organismo independente para apurar os problemas que podem provocar ou agudizar acidentes e contribuir para a manutenção ou aumento de pontos negros ou zonas de acumulação de acidentes.

**Em conclusão:**

Sem esgotar os assuntos que possam vir a ser desenvolvidos e para os quais está a AFESP ao inteiro dispor para cooperar, no sentido de perspetivar 2018 como um ano que interrompa o ciclo de uma infraestrutura deficiente e se inicie uma inversão do investimento neste sector, com a justa recuperação da industria associada, crucial na construção e conservação das estradas portuguesas.